



VIII CONGRESSO ESTADUAL DO SINDIPÚBLICOS-ES

Plano de Lutas Aprovado

2026

Vitória, ES



GT 1 – Organização Sindical

1. Criação do Fórum Permanente das Associações:
2. Criação da Comissão de Formação e Articulação Institucional
3. Implementação do Podcast Oficial do Sindipúblicos

GT 2 - Plano Lutas Unificado

I Pauta Geral Unificada

1. Valorização e Carreira
2. Concurso público e recomposição dos quadros
3. Cargos comissionados e funções gratificadas
4. Jornada e condições de trabalho
5. Benefícios e assistência aos servidores
6. Saúde e segurança no trabalho
7. Inclusão, acessibilidade e servidores com deficiência
8. Teletrabalho
9. Direitos funcionais e Estatuto
10. Participação e negociação coletiva

II — Propostas específicas por categoria/órgão

A — FAMES

B — IEMA

C — Analistas do Executivo

D — IASES

E — AGERH

F — DETRAN-ES

G - Agente de Suporte Educacional - SEDU

III - Luta Geral da Classe Trabalhadora

GT 3 - Eleição - Proposta de carta aberta dos servidores do executivo estadual aos candidatos à eleição 2026

GT 4 - Condições de trabalho e saúde do servidor políticas para aposentadoria, terceirização, assédio moral, previdência e valorização profissional (COSAT e CONCOSAT)



GT 1 – Organização Sindical

1. Criação do Fórum Permanente das Associações:

Contexto: A base do Sindipúblicos é amplamente heterogênea, abrangendo servidores de autarquias, empresas públicas, aposentados, categorias extintas e segmentos específicos (como inspetores penitenciários, analistas do Executivo e professores da Escola de Música). Muitas dessas categorias mantêm associações criadas no período pré-Constituição de 1988.

Embora não tenham se transformado em seções sindicais, essas entidades continuam absorvendo demandas pontuais da base e atuando em parceria com o Sindipúblicos.

Justificativa: Diante do volume e da complexidade das demandas locais, frequentemente geridas pelas próprias associações ou encaminhadas à diretoria do sindicato, faz-se necessária uma articulação contínua e institucionalizada. **Proposta:** Criação do **Fórum**

Permanente das Associações, com os seguintes objetivos: Unificar e fortalecer a luta tanto em pautas específicas/periféricas das categorias quanto nas lutas gerais lideradas pelo Sindipúblicos; promover o intercâmbio contínuo de informações e o alinhamento estratégico da base; garantir a inclusão ativa e prioritária dos representantes das associações nos programas e cursos de formação sindical.

2. Criação da Comissão de Formação e Articulação Institucional

Justificativa: O fortalecimento do movimento sindical exige o aperfeiçoamento contínuo dos quadros atuais e o preparo consciente de novos quadros para a gestão. **Proposta:** Instituir a

Comissão de Formação e Articulação Institucional, voltada ao planejamento de programas formativos, capacitação política e preparação de futuras lideranças sindicais.

3. Implementação do Podcast Oficial do Sindipúblicos



Justificativa: É fundamental ampliar os canais diretos de comunicação do sindicato, garantindo transparência, alcance e agilidade no repasse de informações à base e à sociedade. **Proposta:** Criar o **Podcast do Sindipúblicos**, uma ferramenta multimídia quinzenal/mensal destinada a: Divulgar as ações, pautas e lutas específicas de cada categoria; prestar informes jurídicos atualizados e orientações aos filiados; Dar visibilidade às iniciativas de valorização do servidor e de melhoria na qualidade dos serviços públicos prestados à população; prestar contas das atuações e conquistas da diretoria sindical.



GT 2 - Plano Lutas Unificado

I Pauta Geral Unificada

1. Valorização e Carreira

Proposta 1 — Política Estadual de Valorização dos Servidores: Defender a criação e implementação de uma Política Estadual de Valorização dos Servidores Públicos, contemplando remuneração, carreira, condições de trabalho, formação, saúde, direitos e valorização profissional.

Proposta 2 — Recomposição das perdas salariais: Lutar pela recomposição integral das perdas salariais acumuladas pelos servidores públicos estaduais, assegurando uma política permanente de valorização dos vencimentos e revisão anual da remuneração.

Proposta 3 — Valorização das carreiras: Lutar pela revisão e valorização das estruturas remuneratórias das carreiras do serviço público estadual, combatendo o achatamento salarial e garantindo perspectivas de desenvolvimento profissional.

Proposta 4 — Revisão das carreiras: Lutar pela revisão dos planos de cargos, carreiras e salários, garantindo mecanismos efetivos de progressão e promoção e perspectivas de crescimento funcional durante toda a trajetória profissional.

Proposta 5 — Promoção por titulação: Defender mecanismos de promoção e progressão que reconheçam a formação, a titulação e a qualificação profissional dos servidores.

Proposta 6 — Modelo híbrido de promoção: Defender o estabelecimento de modelo de promoção que combine **titulação e critérios de seleção/desempenho**, assegurando valorização da qualificação profissional e critérios objetivos e transparentes.

Proposta 7 — Ampliação das referências das carreiras: Lutar pela ampliação das referências e classes das tabelas de carreira, especialmente para os servidores que já se encontram nas últimas referências e permanecem por vários anos no serviço público sem perspectivas de crescimento funcional.



2. Concurso público e recomposição dos quadros

Proposta 8 – Concursos públicos: Defender a realização de concursos públicos para recomposição dos quadros efetivos dos órgãos e entidades estaduais, garantindo a prestação adequada dos serviços públicos e combatendo a precarização das relações de trabalho.

Proposta 9 – Concurso público regionalizado: Defender a realização de concursos públicos regionalizados, considerando as necessidades específicas das diferentes regiões do Estado e garantindo melhor distribuição dos servidores públicos.

Proposta 10 – Combate à terceirização de atividades permanentes: Lutar para impedir a terceirização de atividades permanentes e típicas do Estado, especialmente aquelas que constituem atribuições próprias de cargos efetivos.

3. Cargos comissionados e funções gratificadas

Proposta 11 – Redução de cargos comissionados: Lutar pela redução da utilização excessiva de cargos comissionados e pela priorização de servidores efetivos na ocupação de funções de direção, chefia e assessoramento, observadas as atribuições legais.

Proposta 12 – Valorização das funções gratificadas: Defender o pagamento e a regulamentação adequada das funções gratificadas, garantindo critérios transparentes e valorizando os servidores efetivos que desempenham funções adicionais.

4. Jornada e condições de trabalho

Proposta 13 – Redução da jornada: Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução salarial, como instrumento de valorização profissional, melhoria da qualidade de vida e aprimoramento das condições de prestação dos serviços públicos.

Proposta 14 – Isonomia de jornada: Defender a adoção de jornadas isonômicas para atividades de natureza equivalente, respeitando as especificidades de cada carreira e órgão.



Proposta 15 — Reconhecimento das atividades efetivamente desempenhadas:

Lutar pelo reconhecimento das funções institucionais típicas e específicas efetivamente desempenhadas pelos servidores, com correspondente reconhecimento da carga horária e das responsabilidades assumidas.

5. Benefícios e assistência aos servidores

Proposta 16 — Auxílio-saúde: Lutar pela implantação de política estadual de assistência à saúde dos servidores públicos, incluindo a criação do **auxílio-saúde**.

Proposta 17 — Auxílio-creche: Defender a criação e implementação de auxílio-creche destinado aos servidores públicos estaduais.

Proposta 18 — Auxílio-alimentação: Lutar pela revisão e atualização do auxílio-alimentação, garantindo sua adequada recomposição e compatibilidade com o custo de vida.

Proposta 19 — Revisão de diárias: Defender a revisão e atualização dos valores das diárias dos servidores públicos estaduais, de modo a assegurar cobertura adequada das despesas decorrentes do exercício funcional.

Proposta 20 — Auxílio-nutrição: Lutar pela criação do auxílio-nutrição para dar segurança alimentar aos aposentados e pensionistas.

6. Saúde e segurança no trabalho

Proposta 21 — Regulamentação da insalubridade e periculosidade: Lutar pela regulamentação, reconhecimento e pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos servidores que estejam submetidos às respectivas condições de trabalho.

Proposta 22 — Saúde e qualidade de vida: Defender políticas permanentes de prevenção e promoção da saúde dos servidores, com atenção às condições físicas e psicossociais de trabalho.

7. Inclusão, acessibilidade e servidores com deficiência



Proposta 23 – Direitos dos servidores com deficiência e responsáveis por dependentes com deficiência: Lutar pela garantia, inclusive durante o estágio probatório, de redução de jornada, adaptações razoáveis, flexibilidade de horários, adequações físicas e funcionais e possibilidade de teletrabalho, quando compatível com as atribuições, para servidores com deficiência ou que possuam cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

8. Teletrabalho

Proposta 24 – Regulamentação do teletrabalho: Defender a regulamentação democrática e transparente do teletrabalho, garantindo que sua adoção não resulte em redução ou exclusão indevida de direitos dos servidores.

Proposta 25 – Preservação dos direitos no teletrabalho: Lutar pela revisão das normas que produzam prejuízos aos servidores em regime de teletrabalho, assegurando a preservação dos direitos funcionais, inclusive aqueles relacionados a abonos e funções de chefia, quando cabíveis.

9. Direitos funcionais e Estatuto

Proposta 26 – Regulamentação dos direitos previstos em lei: Lutar pela regulamentação e efetiva implementação dos direitos funcionais já previstos na legislação estadual.

Proposta 27 – Revisão da LC nº 46/1994: Defender a revisão da Lei Complementar nº 46/1994, com a implementação das regulamentações legalmente previstas e a atualização das normas relativas aos direitos dos servidores.

Proposta 28 – Licença para acompanhamento familiar: Inclusão, na legislação estadual, de previsão de licença por motivo de doença em pessoa da família de até 30 dias, ininterruptos ou não, por ano de efetivo exercício, como hipótese de efetivo exercício.

10. Participação e negociação coletiva

Proposta 29 – Mesa permanente de negociação: Defender o estabelecimento e fortalecimento de mesas permanentes de negociação entre o Governo do Estado e as



entidades representativas dos servidores, garantindo espaço institucional para discussão das reivindicações e dos conflitos relacionados às relações de trabalho.

Proposta 30 — Participação dos servidores: Lutar pela ampliação da participação dos servidores e de suas entidades representativas na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas e das políticas de gestão de pessoas.

II — Propostas específicas por categoria/órgão *

** Serão encaminhadas em Assembleias setoriais das categorias específicas.*

A — FAMES

Estatuto da FAMES: Lutar pela discussão, atualização e/ou implementação do Estatuto da FAMES, assegurando a participação dos servidores no processo.

Eleição para direção da FAMES: Defender a adoção de mecanismos democráticos para escolha da direção do órgão, incluindo a realização de eleições para diretor, conforme regulamentação específica.

Plano de carreira da FAMES: Lutar pela valorização e aperfeiçoamento do plano de carreira dos servidores da FAMES, incluindo a regulamentação dos mecanismos de progressão e promoção.

Promoção a cada dois anos: Defender a promoção dos servidores da FAMES a cada dois anos, observados os critérios legais e regulamentares aplicáveis.

Retroatividade do plano de carreira: Lutar pelo reconhecimento e pagamento dos efeitos retroativos decorrentes da implementação do plano de carreira, quando legalmente devidos.

Funções gratificadas na FAMES: Defender o pagamento das funções gratificadas e a regulamentação dos critérios para seu exercício.

Isonomia de jornada entre ensino e extensão: Lutar pela isonomia da carga horária entre as atividades de ensino e extensão, considerando as especificidades das funções exercidas.



Atribuições dos cargos de professor: Defender a discussão e regulamentação das atribuições dos cargos de professor, garantindo que as atividades desempenhadas sejam compatíveis com suas atribuições legais.

Atividades administrativas desempenhadas por professores: Lutar contra a utilização de professores para o desempenho permanente de demandas administrativas estranhas às suas atribuições, evitando acúmulo indevido de funções.

Regulamentação das atividades administrativas: Defender a regulamentação das atividades administrativas e a definição clara das responsabilidades e atribuições dos servidores.

Comissão FAMES/ASE: Defender a criação de uma comissão conjunta entre FAMES e ASE para discussão das demandas e reivindicações dos servidores

B — IEMA

Concurso para apoio administrativo: Lutar pela realização de concurso público para recomposição do quadro de apoio administrativo do IEMA.

Concurso para Guarda Ambiental: Defender a realização de concurso público para a Guarda Ambiental do IEMA, considerando a ausência de concurso desde 2005 e a necessidade de recomposição do quadro.

C — Analistas do Executivo

Lutar pela revisão e valorização da carreira dos Analistas do Executivo, garantindo mecanismos efetivos de progressão, promoção e reconhecimento da qualificação profissional.

Regulamentação da progressão por desempenho e titularidade: Defender a regulamentação da progressão por desempenho e por titularidade prevista no art. 9º da LC nº 633/2012.

Acelerador de progressão: Lutar pela regulamentação do acelerador de progressão previsto no art. 30 da LC nº 637/2012.



Promoção/progressão por titulação ou escolaridade: Defender mecanismos de promoção e progressão acelerada decorrentes de titulação ou escolaridade.

Promoção na escala de 15%-15%-15%: Lutar pela implementação da promoção na escala de 15%-15%-15%, conforme reivindicação apresentada pelos Analistas do Executivo.

Concurso de remoção: Defender a criação e regulamentação de concurso de remoção para os servidores, com critérios objetivos e transparentes.

Permutas: Lutar pela regulamentação transparente das permutas entre servidores.

Gratificação por fiscalização e comissões: Defender a criação de gratificação para servidores que atuem na fiscalização de contratos e na participação em comissões permanentes.

Gratificação do Controle Interno: Lutar pela aceleração da criação e regulamentação da gratificação destinada às atividades de Controle Interno.

Terceirização de atividades de nível superior: Defender que atividades próprias de cargos efetivos de nível superior não sejam terceirizadas, priorizando o provimento por servidores concursados.

D – IASES

Isonomia entre Agentes e Técnicos: Lutar pela isonomia de direitos entre as carreiras de Agentes e Técnicos do IASES, respeitadas as atribuições específicas de cada cargo.

E – AGERH

Plano de carreira da AGERH: Defender a criação de plano de carreira específico para os servidores da AGERH.

Ampliação das referências da carreira: Lutar pela ampliação das referências da tabela de carreira da AGERH, garantindo perspectiva de desenvolvimento funcional.

Previdência: Lutar pela reversão dos prejuízos decorrentes da reforma da previdência para os servidores estaduais.



Redução da contribuição previdenciária: Defender a redução da contribuição previdenciária dos servidores de 14% para 11%.

F – DETRAN-ES

Reconhecimento das funções institucionais: Lutar pelo reconhecimento das funções institucionais típicas e específicas desempenhadas pelos servidores do DETRAN-ES, com reconhecimento da respectiva carga horária diária e das responsabilidades funcionais.

Participação da educação nos recursos do Fundeb: Defender maior inserção e reconhecimento das despesas relacionadas aos servidores da educação no percentual destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme a legislação aplicável e a reivindicação apresentada pelo segmento.

G - Agente de Suporte Educacional - SEDU

Reestruturação Salarial: Estabelecimento da Mesa de Negociação específica SEGER/SEDU para discussão da carreira dos ASE (requisito da proposta enviado pelo governo para encerramento da greve de 2025);

QVT (qualidade de vida no trabalho): Envolve pausa ergonômica, itens ergonômicos nas mesas e cadeiras, apoio psicológico, melhora na estrutura do ambiente de trabalho e plano de saúde.

Acúmulo e desvio de função: Uma mesa para denúncia junto a Sedu esse tipo de prática.

Tipologia: Nova portaria com uma tipologia que atenda melhor às necessidades das unidades e que leve em consideração aspectos como estrutura física e antiguidade do local de trabalho.

Seges: Uma mesa de trabalho com Sedu, ASE, professores e a empresa que faz a programação do Seges com a finalidade de melhorar a ferramenta.



Do QVT a gente pode aproveitar a proposta de pausa ergonômica (pausa de 10 minutos a cada 50 trabalhados para quem passa o dia em frente a um computador). Aos moldes do que existe na CLT. E pode aproveitar a questão do plano de saúde.

O pagamento imediato do bônus aos grevistas sem nenhum tipo de prejuízo

Participação mais ativa do sindicato em relação a PL 2531 com o Sindipúblicos tornando público seu apoio a PL e com a gente buscando trabalhar de forma colaborativa com as entidades que estiverem envolvidas no movimento.

III - Luta Geral da Classe Trabalhadora

Tarifa Zero

Apoiar a implantação de políticas de Tarifa Zero no transporte público, como medida de ampliação do acesso da população ao transporte e de fortalecimento das políticas públicas

Lutar contra a privatização do Banestes e da CESAN;



GT 3 - Eleição - Proposta de carta aberta dos servidores do executivo estadual aos candidatos à eleição 2026

Em Congresso do Sindipúblicos realizado nos dias 14, 19 e 20 de agosto de 2026, foi definido a emissão de uma carta aberta aos candidatos, com a intenção de apresentar os pleitos fundamentais da categoria com a intenção de obter as respostas e propostas de cada candidato até o prazo de 14 de setembro, onde será realizada uma Assembleia Geral das Eleições 2026, apresentando as respostas aos servidores, no intuito de se posicionarem politicamente e com base informativa nas eleições.

As principais reivindicações dos servidores passam pela recuperação das perdas salariais acumulados e a definição, por projeto de lei, da data base para o reajuste dos servidores, que hoje vivem sem a certeza de ter seus direitos constitucionais garantidos todos os anos, porém outros pontos fundamentais são tão, ou mais, importantes como a realização de uma reforma da previdência obedecendo a lógica progressiva, reduzindo assim o impacto do aporte previdenciário àqueles que menos recebem.

Quanto às promoções e progressões, faz-se necessário que elas existam durante todo o período que o servidor permanece na ativa, o que hoje não ocorre, tendo em vista que temos apenas 3 promoções e em 15 anos o servidor atinge o final da carreira, não tendo incentivos para permanecer se atualizando e desenvolvendo novas habilidades, sendo pleiteado a criação de novos períodos de promoção, mesmo que inferiores em percentuais de aumento salarial, já que hoje o funcionário público permanece na ativa por muito mais tempo.

As carreiras em vacância também são uma preocupação constante dos servidores, já que não são contempladas nos reajustes e mudanças propostas pelo governo, abandonando os servidores em atividade nessas carreiras, exigimos o compromisso do acolhimento e valorização das demandas destas carreiras durante todo o período de atividade de seus servidores.

Também queremos o compromisso do candidato para cumprir o acordo de greve feito pelo governo atual para os Agentes de Suporte Educacional.



Em relação a FAMES, as demandas são a de eleição para o cargo de Diretor e o compromisso de não privatizar e transformar equipamentos públicos em Organizações Sociais, como foi o caso da Orquestra Sinfônica do Espírito Santo, valendo esse compromisso para todos os órgãos e autarquias estaduais, bem como ser contra a reforma administrativa e manter o diálogo com a categoria antes de projetos que tenham essa finalidade.

A grande maioria das carreiras finalísticas do estado estão em defasagem de servidores, sendo necessário que se faça concurso público para completar o corpo funcional, não realizado desde o concurso de 2010.

A Lei Complementar nº 46 de 1994 possui inúmeros direitos dos servidores que não possuem regulamentação, são 32 anos aguardando o executivo estadual regulamentar esses direitos, sem que tenhamos sequer o começo do diálogo em relação ao assunto, sendo os principais a progressão automática por titularidade, periculosidade e insalubridade. De que adianta o direito existir se a regulamentação impede que seja devidamente recebido? Queremos o compromisso que as regulamentações de itens tão básicos sejam iniciadas e finalizadas no próximo mandato.

Aguardamos as respostas a essa carta, com a intenção objetiva de melhor nos posicionarmos, como servidores, no pleito eleitoral e termos mais certeza e assertividade nas decisões que tomaremos nas urnas.

Memorial: Foi lida em plenário a carta acima e durante as deliberações foi rejeitada a apresentação aos candidatos, a deliberação aprovada foi a de realização de um debate entre os candidatos ao governo do estado.



GT 4 - Condições de trabalho e saúde do servidor políticas para aposentadoria, terceirização, assédio moral, previdência e valorização profissional (COSAT e CONCOSAT)

Revisão Previdenciária: Lutar pela revogação ou revisão da última Reforma da Previdência, com realização de auditoria e defesa da paridade e integralidade nas aposentadorias como é feito nos demais poderes.

Valorização Profissional e de Carreira: Implementar a reestruturação dos cargos para garantir a continuidade da recuperação de renda de ativos e aposentados e promover a progressão por titularidade.

Combate ao Assédio Moral: Criar um Observatório do Assédio e institucionalizar procedimentos de denúncia e acolhimento, incluindo a preparação obrigatória de gestores e ações junto à Secretaria das Mulheres.

Política de Saúde do Servidor: Implementar um padrão unificado de saúde ocupacional, atualizando a NR1 com cronograma rigoroso e garantindo a regulamentação do COSAT e CONCOSAT.

Regulação da Terceirização: Realizar um "raio X" da terceirização para apurar sua extensão, buscando políticas que equiparem as condições de trabalho em relação aos celetistas (EPI, conselhos e comissões de saúde, CIPA)

Formação e Conscientização: Promover programas de formação contínua em previdência (preparação para aposentadoria via ESESP ou Sindicato), além de cursos sobre machismo e assédios, para capacitar servidores e gestores.

Qualificação do Debate sobre previdência: Basear todas as propostas e reivindicações do sindicato em estudos científicos e dados geracionais/longevidade, combatendo a desvalorização com argumentos técnicos sólidos.



Condições de Trabalho e Concursos: Combater a sobrecarga funcional decorrente da falta de concursos públicos e realizar levantamento rigoroso de atividades que tenham insalubridade e periculosidade, política de manutenção dos locais e equipamentos de trabalho e promoção do bem estar do servidor.

Campanha de Valorização: Lançar ações de conscientização junto à sociedade sobre a importância do serviço público e do servidor, contrapondo a propaganda neoliberal.

Risco:

Abono permanência, desvantajoso para o servidor

Escola de formação do servidor (coletivo de formação)

Endividamento dos servidores públicos e educação financeira